

Alerta Legislação, nº 36 de 07 a 12 set.2015

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 13.163, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015**

Modifica a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. [Mensagem de veto](#)

■ **DECRETO DE 9 DE SETEMBRO DE 2015**

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

CONCEDER

a Insígnia da Ordem do Mérito da Defesa à CORVETA BARROSO(*).
Brasília, 9 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Jaques Wagner

(*) A corveta Barroso (V-34), da Marinha do Brasil, resgatou, na tarde desta sexta-feira [04-09-2015], 220 imigrantes que iam em direção à Europa. Enquanto navegava no Mar Mediterrâneo com destino a Beirute, no Líbano, a embarcação recebeu um comunicado do Centro de Busca e Salvamento Marítimo italiano (MRCC).

Fonte: Ministério da Defesa <<http://www.defesa.gov.br/noticias/16776-navio-brasileiro-resqata-220-refugiados-no-mar-mediterraneo>>

Governo do Estado de São Paulo

■ **L???EI Nº 15.870, DE 27 DE JULHO DE 2015**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016

Prefeitura de São Paulo

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
11/09/2015	<u>DECRETO Nº 8.517, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND dos Aeroportos Internacionais Salgado Filho, no Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Luís Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia, Hercílio Luz, no Estado de Santa Catarina, e Pinto Martins, no Estado do Ceará, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.516, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> Regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 ,

	e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.
10/09/2015	<u>LEI Nº 13.163, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.Mensagem de veto <u>LEI Nº 13.162, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria. <u>DECRETO DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito da Defesa, resolve: CONCEDER a Insígnia da Ordem do Mérito da Defesa à CORVETA BARROSO(*). Brasília, 9 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República. DILMA ROUSSEFF Jaques Wagner (*) A corveta Barroso (V-34), da Marinha do Brasil, resgatou, na tarde desta sexta-feira [04-09-2015], 220 imigrantes que iam em direção à Europa. Enquanto navegava no Mar Mediterrâneo com destino a Beirute, no Líbano, a embarcação recebeu um comunicado do Centro de Busca e Salvamento Marítimo italiano (MRCC). Fonte: Ministério da Defesa <http://www.defesa.gov.br/noticias/16776-navio-brasileiro-resgata-220-refugiados-no-mar-mediterraneo>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2015</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 22, do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 9 de setembro de 2015 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2015</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória

	<u>nº 684, de 21 de julho de 2015</u>, publicada no Diário Oficial da União no dia 22, do mesmo mês e ano, que "Altera a <u>Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014</u>, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs <u>8.429, de 2 de junho de 1992</u>, e <u>9.790, de 23 de março de 1999</u>", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 9 de setembro de 2015 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Presidência da República (PR)	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2.279, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de microempresa e de empresa de pequeno porte. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 395, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u> Institui Grupo de Trabalho Relatórios Internacionais, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. → Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o recebimento e o processamento de representações ou denúncias de condutas ou situações contrárias aos direitos humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 338, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Estabelece obrigatoriedade do preenchimento de critérios mínimos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, e de aprovação pela SEP, para obras portuárias de grande vulto. (...) Art. 1º Estabelece que toda obra portuária de grande vulto, inclusive as realizadas pelas Companhias Docas e pelas administrações dos Portos Delegados, somente poderá ser licitada após aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA pela Secretaria de Infraestrutura Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República - SIP/SEP/PR. (...)
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 787, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u> Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 5º e altera o inciso III do art. 8º da Portaria nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui e regula a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas - Rede CLIMA. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u>

	(...) Estabelecer critérios de ressarcimento, ao CNPq, dos investimentos realizados com ex-beneficiários de apoio financeiro concedido a proposta de natureza científica, tecnológica e/ou de inovação ou de bolsas no país ou exterior, utilizados de forma irregular, em descumprimento aos dispositivos normativos a eles submetidos. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 84, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Homologa o tombamento dos Jardins de Burle Marx, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. <u>PORTARIA Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Regulamenta o depósito e a incorporação de obras audiovisuais ao acervo da Cinemateca Brasileira e dá outras providências.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 1.363/GC3, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Delega competência e autoriza o Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica a atuar como Agente Implementador (<i>Executing Agent</i>) do contrato de operação de crédito externo em suporte às aquisições vinculadas à implementação do Projeto F-X2 e dá outras providências. COMANDO DO EXÉRCITO (COMEXE) ↳ Comando Logístico (COLOG) <u>PORTARIA Nº 51, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, que envolvam a utilização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 916, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>EDITAL Nº 18, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> EXAME NACIONAL DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS MÉDICOS EXPEDIDOS POR INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTRANGEIRAS - REVALIDA 2015 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 51, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a convalidação de certificados dos egressos dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, com turmas iniciadas anteriormente a 30 de junho de 2005.

Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>ATO Nº 1.302, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u> Declara cessada a liquidação extrajudicial do Banco Cruzeiro do Sul S.A., da Cruzeiro do Sul Holding Financeira S.A., da Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias, da Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e da Cruzeiro do Sul S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.468, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho com a finalidade de propor soluções para a redução dos conflitos fundiários envolvendo povos indígenas. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ) <u>RESOLUÇÃO Nº 43, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> Estabelece a proporção de vagas de representantes indicados para participação nas Etapas Regionais e Nacional da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, respeitando as proporções fixadas no Regimento Interno.
Ministério da Previdência Social (MPS)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 495, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a retenção de provisões para pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.339, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> Autoriza o repasse de recursos federais, relativos à Campanha Nacional de Hanseníase, Verminoses e Tracoma para o ano de 2015. <u>PORTARIA Nº 1.328, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> Aprova os critérios gerais para a participação dos servidores em ações de educação do Ministério da Saúde, financiadas pelos recursos da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos federais em Processo de Qualificação e Requalificação. <u>PORTARIA Nº 1.323, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

PORTARIA Nº 1.322, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

PORTARIA Nº 1.313, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família no Município de Potim, Estado de São Paulo.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

– Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 384, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre oferta pública de referências operacionais e cadastro de beneficiários - OPRC, estabelecendo requisitos para habilitação e condições especiais para as operadoras com proposta autorizada e altera a Resolução Normativa - RN nº 112, de 28 de setembro de 2005; a RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, e a RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.543, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação de todos os insumos farmacêuticos, bem como de todos os medicamentos importados que foram fabricados com tais insumos, fabricados pela empresa ParabolicDrugsLimited, localizada na PDL-2 45, Industrial Area, Phase II, India-134 109 PanchkulaDistrict, Haryana.

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.542, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 1409579 (Val.: 08/2016) do medicamento ALBENDAZOL 400mg, comprimidos, fabricado pela empresa Cimed Indústria de Medicamentos Ltda. (CNPJ: 02814497/0001-07).

– Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.549, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da utilização do equipamento médico ACELERADOR LINEAR DE ELETRONS, USO RADIOTERAPICO, isocentrico com distancia fonte eixo (sad) = 100cm, campo máximo 40cm x 40cm, energia 6mv fotons e 6-21 meveletrons, marca: SIEMENS, modelo: PRIMUS-ONCOR IMPRESSION PLUS, número de série: 70-4222, data fabricação: 10/2005, Registro MS: 102.342.3012.5, em todo território nacional.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.548, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a apreensão e inutilização de todos os lotes do produto BOTOX BLOND MATIZADOR AMINO REDUTOR que apresente em sua rotulagem a identificação de fabricação pelo CNPJ: 03956345/0001-01, AUTORIZAÇÃO/MS: 2.03101-5.

	<u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.547, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização, uso e divulgação, inclusive por meio do endereço eletrônico http://www.dermotecbrasil.com.br, de todos os equipamentos com finalidade de embelezamento e estética, suas partes e acessórios, fabricados pela empresa I.N. dos Santos e Cia Ltda. (CNPJ: 18308561/0001-18), nome fantasia Dermotec Brasil, localizada na Rua João Fell, nº 155, bairro Pinheiros, Estrela- RS. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.546, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> [...] Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 130039804 (Val.: 02/2016), do produto TINTURA CREME BEAUTY COLOR, produzido pela empresa Bonyplus Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Cosméticos Ltda. (CNPJ: 82566340/0001-49). [...] DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS (DIPRO) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento dos beneficiários pelas operadoras de planos de assistência à saúde, regulamenta o art. 12-A da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011, e revoga a Instrução Normativa - IN nº 42, de 26 de fevereiro de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 819, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Estabelece procedimentos para o monitoramento do número de atendimentos realizados pelas Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 474, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera a Portaria nº 495, de 24 de outubro de 2013, que institui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, no âmbito do Ministério das Cidades, e dá outras providências. CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES) <u>RESOLUÇÃO Nº 178, DE 17 DE JUNHO DE 2015</u> Recomenda, aos Estados e Municípios, a posse dos conselheiros eleitos no âmbito da 5ª Conferência Nacional das Cidades. <u>RESOLUÇÃO Nº 177, DE 17 DE JUNHO DE 2015</u> Recomenda, aos Estados, a adequação do arcabouço legal das regiões metropolitanas ao Estatuto da Metrópole e, ao Ministério das Cidades, a publicação de orientações sobre o Estatuto da Metrópole. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 548, DE 19 DE AGOSTO DE 2015</u>

	Dispõe sobre os requisitos dos sistemas de iluminação e de sinalização para motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	<u>DECRETO DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem de Rio Branco, resolve CONCEDER a Insígnia da Ordem de Rio Branco à Corveta Barroso (V-34). Brasília, 10 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República. DILMA ROUSSEFF Mauro Luiz Iecker Vieira (*) A corveta Barroso (V-34), da Marinha do Brasil, resgatou, na tarde desta sexta-feira [04-09-2015], 220 imigrantes que iam em direção à Europa. Enquanto navegava no Mar Mediterrâneo com destino a Beirute, no Líbano, a embarcação recebeu um comunicado do Centro de Busca e Salvamento Marítimo italiano (MRCC). Fonte: Ministério da Defesa <http://www.defesa.gov.br/noticias/16776-navio-brasileiro-resgata-220-refugiados-no-mar-mediterraneo>
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) <u>PORTARIA Nº 46, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de setembro de 2015 a 09 de outubro de 2015, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. (...)
Ministério do Esporte (ME)	AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA (APO) → Conselho Público Olímpico <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Na Resolução nº 04, de 23 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 17, de 26 de janeiro de 2015, onde se lê "na ATA: 1ª Reunião extraordinária" leia-se "na ATA: 1ª Reunião Ordinária". (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.072, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Alterar o Art. 12 da Resolução nº 1040, de 21 de julho de 2014, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, e publicada no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2014, Seção I, pg. 61 que passa a ter a seguinte redação:..... "Art. 12. O valor unitário da premiação, por ponto monitorado e divulgado, é de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais). A premiação terá o valor fixo e irrevogável ao longo de toda a vigência do Programa." [...]

Ministério dos Transportes (MT)	GABINETE DO MINISTRO(GM) <u>PORTARIA Nº 245, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015</u> Constitui Comissão de Seleção com o objetivo de subsidiar a decisão do Ministro dos Transportes quanto aos estudos técnicos a serem selecionados e aos respectivos valores devidos a título de ressarcimento relativos aos projetos de concessão para os trechos rodoviários que menciona. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) → Diretoria Colegiada(DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.828, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015</u> Autoriza o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas da Ferrovia Norte-Sul, correspondente ao período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB) <u>RESOLUÇÃO Nº 159, DE 18 DE AGOSTO DE 2015</u> Dispõe sobre a fixação de valores de anuidade e taxas devidas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2016 e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
12/09/2015	<u>DECRETO Nº 61.371, DE 21 DE JULHO DE 2015</u> Retificação do D.O. de 22-7-2015 No artigo 6º, leia-se como segue e não como constou: Artigo 6º - As propostas incompatíveis com o disposto no inciso IV do artigo 2º deste decreto serão rejeitadas, ... No artigo 9º, inciso II, parágrafo 3º, leia-se como segue e não como constou: § 3º - Esgotado o prazo de que trata o § 2º deste artigo sem deliberação do colegiado, ... <u>DECRETO Nº 61.486, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015</u> Institui o Programa "Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo - IDE-SP" e o Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCE-SP, transfere, da Secretaria de Planejamento e Gestão para a Casa Civil, do Gabinete do Governador, o Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC e dá providências correlatas
11/09/2015	<u>DECRETO Nº 61.485, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a outorga da Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo <u>DECRETO Nº 61.484, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u>

	Dispõe sobre a admissão na Ordem do Ipiranga
10/09/2015	<u>DECRETO Nº 61.483, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera o <u>Decreto nº. 61.361, de 8 de julho de 2015</u>, que instituiu o Comitê Paulista das OLIMPIADAS 2016, com o objetivo de coordenar e articular as ações preparatórias para a realização dos jogos olímpicos no Estado de São Paulo, e o Comitê Paulista do Esporte Olímpico, com o objetivo de desenvolver políticas públicas para o esporte e o para desporto no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimen to Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI) <u>DELIBERAÇÃO 009, DE 04-09-2015</u> Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual do Idoso de São Paulo
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 10-9-2015</u> Na Resolução SEDPCD – 13, de 9-9-2015, onde se lê “ Ana Lúcia Segamarch, RG 3.914.491.”, leia-se: Ana Lúcia Segamarchi, RG 3.914.491 <u>RESOLUÇÃO SEDPCD - 13, DE 9-9-2015</u> Altera a Resolução SEDPCD 01, de 13-02-2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento da Comissão de Avaliação das Organizações Sociais de Atendimento ou Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>DECISÃO NORMATIVA CAT 06, DE 11-09-2015</u> NF-e de Importação e NF-e Complementar de Importação - Composição e hipóteses de emissão <u>DECISÃO NORMATIVA CAT 05, DE 11-09-2015</u> ICMS - Material publicitário - Armazenamento e distribuição por meio de operadores logísticos
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 58, DE 11-9-2015</u> Altera dispositivo do Anexo I, da Resolução SMA26, de 28-04-2015, que estabelece procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2015, e revoga as Resoluções correlatas <u>RESOLUÇÃO SMA - 57, DE 11-9-2015</u>

	Dispõe sobre a estrutura e a composição da Unidade de Gerenciamento Local - UGL Meio Ambiente, do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, instituída pelo Decreto Estadual 60.029, de 03-01-2014 COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DESOROCABA E MÉDIO TIETÊ (CBH-SMT) DELIBERAÇÃO CBH/SMT-334, 10-09-2015 Indica empreendimento para financiamento com recurso oriundo da compensação financeira por aproveitamentos hidro energético sem seu território e royalties de Itaipu Binacional a serem repassados pela União ao Tesouro do Estado
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) RESOLUÇÃO PGE-15, DE 11-09-2015 Altera o artigo 1º da Resolução PGE-139, de 08-04-2002 (*) (*) <i>Trata de quotas</i>
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA RESOLUÇÃO GR-22, DE 4-9-2015 Dá nova redação ao artigo 43 da Resolução GR-52/2012, que estabelece as Normas e Procedimentos para o Uso dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação na Universidade Estadual de Campinas CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) → Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão DELIBERAÇÃO CEPE-A-6, DE 1º-9-2015 Dispõe sobre o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da UNICAMP para o ano letivo de 2016
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) RESOLUÇÃO USP-7.111, DE 4-9-2015 Baixa o Regimento da Coordenadoria de Administração Geral da Universidade de São Paulo → Gabinete do Vice-Reitor (GVR) → Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) PORTARIA PRPG-6, DE 8-9-2015 Divulga Resultado do "Prêmio Tese Destaque USP"
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA PORTARIA UNESP-396, DE 10-9-2015 Dispõe sobre o auto arquivamento das dissertações e das teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação da Unesp no Repositório Institucional Unesp PORTARIA UNESP-395, DE 4-9-2015 Cria a Comissão Permanente dos Cursos de Licenciatura da Unesp

Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 11-09-2015</u> Regulamenta a participação e abre prazo para inscrição de Defensores Públicos para a formação da Comissão Paritária de Fiscalização e dá outras providências SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO CONJUNTO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO-10, DE 04-09-2015</u> Altera os Atos Conjuntos do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado e do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado ns. 01 e 02, ambos de 22-01-2015, que organiza a distribuição de processos eletrônicos alocados nos Departamentos Estaduais de Execução Criminal pelos Oficiais de Defensoria Pública
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
12/09/2015	PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2015</u> Altera o inciso XIV do artigo 30 e o § 14 do artigo 31 da XIV Consolidação do Regimento Interno DOE, Legislativo, 12/09/2015, p. 7 PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2015</u> Susta os efeitos do Decreto nº 61.466, de 2 de setembro de 2015, que dispõe sobre a admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes na Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 12/09/2015, p. 7
11/09/2015	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1005, DE 2011</u> Mensagem A-nº 064/2015, do Senhor Governador do Estado [...] A propositura, de iniciativa parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Vereador Rodrigo da Cruz França" à estação ferroviária localizada na região central do Município de Francosa Rocha. [...] DOE, Legislativo, 11/09/2015, p. 10 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1245, DE 2015</u> Classifica Cotia como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 11/09/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1241, DE 2015</u> Dispõe sobre a doação com encargo à Administração Estadual de terrenos para edificação de habitações de interesse social. DOE, Legislativo, 11/09/2015, p. 10

	PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2015</u> Regulamenta a concessão da " Medalha da Constituição", instituída pela Resolução nº 330, de 25 de junho de 1962 DOE, Legislativo, 11/09/2015, p. 11
10/09/2015	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 2015</u> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (...) Modifica a Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993(*), dispõe sobre as Promotorias de Justiça comatuação regional, e dá outras providências. (...) (*) <i>Institui a Lei Orgânica do Ministério Público</i> DOE, Legislativo, 10/09/2015, p. 13 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1240, DE 2015</u> Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem. DOE, Legislativo, 10/09/2015, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1237, DE 2015</u> Cria o Programa de Prevenção e Orientação sobre os Riscos Causados à Coluna pelo Uso Incorreto de <i>Smartphones e Tablets</i> DOE, Legislativo, 10/09/2015, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1236, DE 2015</u> Dispõe sobre a proibição da cobrança de valores adicionais- sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências. DOE, Legislativo, 10/09/2015, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1232, DE 2015</u> "Dispõe sobre a criação de um programa de amparo e cuidados à mulher alcoólatra, e fixa outras providências" DOE, Legislativo, 10/09/2015, p. 13
09/09/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1231, DE 2015</u> Altera a redação do inciso IX do artigo 1º, acrescenta os incisos XI e XII ao artigo 1º da Lei 9.155 de 15 de maio de 1995(*) que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica. (*) <i>Segurança Pública / Ocorrências Policiais</i> DOE, Legislativo, 09/09/2015, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1230, DE 2015</u> Dispõe sobre o não pagamento da taxa de pedágio sobre veículos de transporte de cargas que circularem vazios, quando os eixos estiverem suspensos, nas rodovias do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 09/09/2015, p. 12

PROJETO DE LEI Nº 1229, DE 2015

Dispõe sobre não pagamento de taxa de pedágio para veículos automotores empregados no transporte de pessoas portadoras de doenças graves, crônicas e/ou degenerativas, em tratamento de saúde fora de seu domicílio, e dá disposições correlatas à matéria.

[DOE, Legislativo, 09/09/2015, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 1228, DE 2015

Dispõe sobre a informação das formas de pagamento disponíveis em estabelecimentos comerciais localizados em pontos turísticos no estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 09/09/2015, p. 11](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO SDG Nº 32/2015

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais e demais instrumentos de interesse que podem, assim, ser resumidos:

1. aprimoramento nos procedimentos de previsão de receitas e fixação de despesas na proposta orçamentária, que devem preservar o equilíbrio previsto na [Lei de Responsabilidade Fiscal](#), de molde a evitar demasiadas modificações durante sua execução, com tem sido reiteradamente apontado por esta Corte;
 2. em razão de recente decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal referentemente ao pagamento de precatórios judiciais, a proposta orçamentária deverá conter, no caso do então vigente regime especial, dotação em Sentenças Judiciais para que entre os exercícios de 2016 a 2020 seja quitado o passivo judicial que lhe toca. No caso do regime ordinário, vigora o artigo 100 da [Constituição Federal](#), de tal modo que deveriam ser previstas dotações orçamentárias para quitar os precatórios chegados até 1º de julho último;
 3. os projetos orçamentários destinados à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal deverão constar dos Planos Plurianuais de Investimentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Caso contrário, deverão constar de leis aditivas àqueles dois outros instrumentos;
 4. utilizar com moderação os percentuais permissivos para abertura de créditos suplementares, autorizados na Lei Orçamentária anual e financiados pela anulação parcial ou total de outras dotações;
 5. o remanejamento, a transferência e transposição, nos termos da E.C. nº 85, de 2015, estarão sempre dependentes de leis específicas, salvo para as dotações destinadas às atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo;
 6. o orçamento será detalhado até o nível do elemento de despesa, assim como quer o artigo 15 da [Lei nº 4.320, de 1964](#) e exige o princípio orçamentário da transparência e especificação do gasto público;
 7. a partir da efetiva vigência da [Lei nº 13.019, de 2014](#) os recursos para auxílios, subvenções e contribuições só poderão ser repassados após a formalização dos termos de colaboração ou de fomento;
 8. as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos, especialmente os em comissão exclusivos de nível universitário.
- SDG, 17 de agosto de 2015.

	SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 26/08/2015, p. 27
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
11/09/2015	<u>LEI Nº 16.255, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 46/11, DO VEREADOR CHICO MACENA – PT) Altera a Lei nº 13.614, de 2 de julho de 2003 , que estabelece as diretrizes gerais para a utilização das vias públicas municipais, inclusive dos respectivos subsolo e espaço aéreo, e das obras de arte de domínio municipal, para a implantação e instalação de equipamentos de infraestrutura urbana destinados à prestação de serviços públicos e privados; delega competência para outorga de permissão de uso; disciplina a execução das obras dela decorrentes, e dá outras providências.
10/09/2015	<u>DECRETO Nº 56.401, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil (*). (*) Distrito de Vila Sônia <u>DECRETO Nº 56.400, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação de escola municipal de educação infantil (*). (*) Distrito de Vila Sônia <u>DECRETO Nº 56.399, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</u> Transforma a Supervisão Geral de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, na Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, bem como transfere cargos de provimento em comissão para os órgãos que especifica.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107